



FRENTE DA
**SAÚDE
MENTAL**

BOLETIM Nº 31 - FEVEREIRO/2026

Em fevereiro, a Frente destaca a atualização da NR-1 e a inclusão dos riscos psicossociais como obrigação legal no ambiente de trabalho. A saúde mental deixa de ser tratada como questão individual e passa a integrar o sistema de prevenção ocupacional, com fiscalização a partir de 2026. O mês também foi marcado pelo avanço do debate sobre apostas online como tema de saúde pública, novas ações do SUS, proteção digital de crianças e adolescentes e iniciativas legislativas que reforçam a saúde mental como política de Estado.

NR-1 e Saúde Mental: o trabalho como território de cuidado e responsabilidade



A atualização da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-1) marca um divisor de águas na forma como o Brasil encara a saúde mental no mundo do trabalho. Ao exigir a inclusão dos riscos psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o Ministério do Trabalho reforça que: estresse crônico, assédio, burnout e violência organizacional não são questões subjetivas; são riscos ocupacionais que devem ser prevenidos, monitorados e enfrentados.

A partir de maio de 2026, as empresas passarão a ser fiscalizadas quanto à identificação, avaliação e mitigação desses fatores. Mais do que uma mudança regulatória, trata-se de uma transformação cultural: o foco deixa de recair exclusivamente sobre o indivíduo e passa a incidir sobre a organização do trabalho; metas abusivas, jornadas exaustivas, sobrecarga, conflitos e condições inadequadas deixam de ser naturalizadas.

A nova redação da NR-1 também reforça a obrigatoriedade de análise de acidentes e adoecimentos ocupacionais, amplia o envolvimento dos trabalhadores e da CIPA, estabelece planos de ação com responsáveis e prazos e integra medidas de prevenção entre empresas que compartilham ambientes laborais. A saúde mental, portanto, passa a ocupar lugar estruturante no sistema de prevenção.

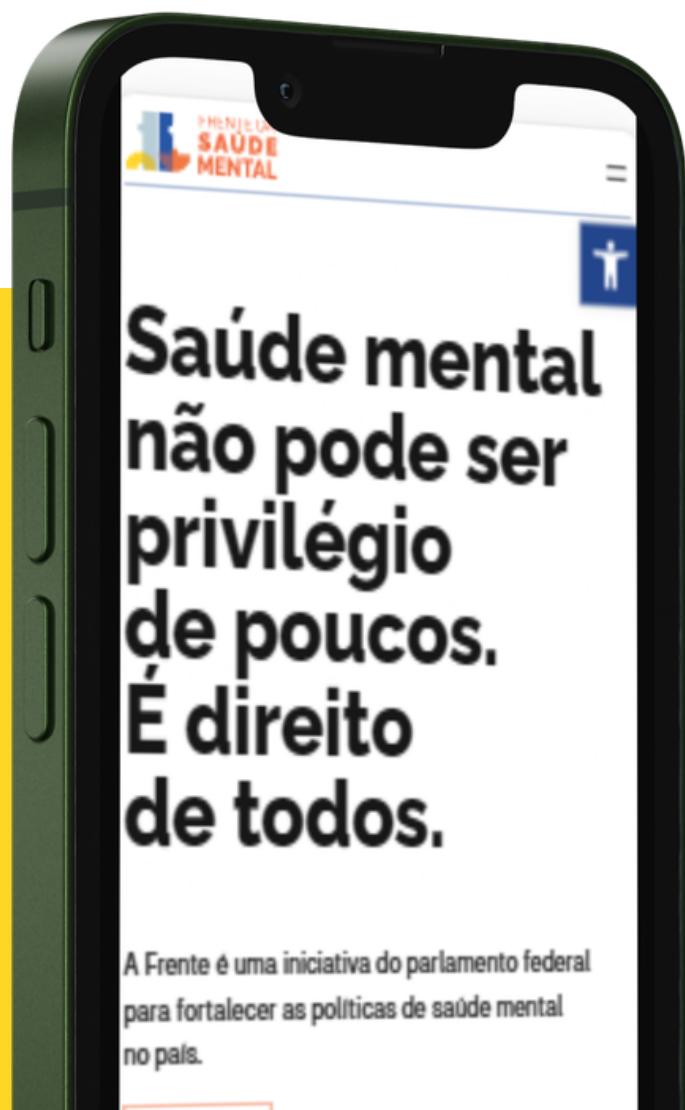
Esse movimento dialoga diretamente com a Agenda Legislativa da Saúde Mental 2025–2026, que reconhece a saúde do trabalhador como eixo estratégico da promoção do cuidado e da prevenção de agravos. Não é possível falar em desenvolvimento econômico sustentável, produtividade ou inovação sem enfrentar o adoecimento psíquico no trabalho.

A Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental acompanha esse debate com atenção. A tendência é de ampliação da fiscalização e do aumento de ações na Justiça, mas o centro da discussão não deve ser o medo da multa, e sim a construção de ambientes de trabalho psicologicamente seguros, saudáveis e produtivos.

Transformar a cultura organizacional é um desafio coletivo. Exige articulação entre Legislativo, Executivo, empresas, sindicatos e sociedade civil. Exige, sobretudo, reconhecer que saúde mental é direito, é política pública e é responsabilidade compartilhada.

Ao incorporar explicitamente os riscos psicossociais à norma técnica, o Estado brasileiro dá um passo importante. Cabe agora assegurar que essa mudança se traduza em prevenção efetiva, proteção aos trabalhadores e fortalecimento das redes de cuidado.

Saúde mental também se constrói no trabalho. E o trabalho precisa deixar de ser fator de adoecimento para se tornar espaço de dignidade e promoção da vida.



Transparência e informação: **CONHEÇA O SITE DA FRENTE PARLAMENTAR**

Para haver possibilidade de participação e controle social, a transparência e o acesso à informação são imprescindíveis. Pensando nisso, conheça o site. Acesse:

frentedasaudemental.com.br

Aconteceu no Congresso



>>> Protocolado pelo Deputado Duarte Jr. (PSB/MA), o [PL nº 514/2026](#) que institui o Marco Legal da Saúde Preventiva e do Diagnóstico Precoce no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo diretrizes para a organização de políticas públicas voltadas à prevenção e à identificação antecipada de agravos à saúde.

>>> Protocolado pelo Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), o [PL nº 404/2026](#) que institui piso nacional para atendimentos psicológicos prestados por meio de plataformas digitais e por prestadores vinculados a planos de saúde, estabelecendo parâmetros mínimos de remuneração para os serviços de saúde mental realizados nesse formato.

>>> Protocolado pela Deputada Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA), o [Requerimento RIC nº 164/2026](#) que solicita ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informações acerca das ações, estudos e políticas públicas desenvolvidas ou em desenvolvimento voltadas à prevenção do burnout digital entre crianças e adolescentes.

>>> Protocolado pela Deputada Luizianne Lins (PT/CE), o [REQ nº 9/2026](#) – CMCVM que requer a realização de audiência pública para discutir a saúde mental de vítimas de violência e o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

>>> Protocolado pelo Deputado Duda Ramos (MDB/RR), o [PL nº 712/2026](#) que altera a Lei nº 9.656/1998 para reconhecer a cuidadora principal de pessoa com deficiência ou transtorno do neurodesenvolvimento como sujeito de direitos próprios e assegurar a cobertura de cuidado em saúde mental pelos planos privados de assistência à saúde, inclusive os de autogestão, além de estabelecer diretrizes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Aconteceu no Congresso



>>> Protocolado pela Deputada Rosângela Reis (PL/MG), o [PL nº 678/2026](#) que dispõe sobre a Política Nacional de Prevenção aos Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho, estabelece diretrizes para promoção da saúde mental no ambiente laboral, prevê a participação de entidades do terceiro setor e dá outras providências (Lei NR1).

>>> Protocolado pelos Deputados Eduardo da Fonte (PP/PE) e Lula da Fonte (PP/PE), o [PL nº 782/2026](#) que institui o Programa Juventude Viva para a prevenção do suicídio e da automutilação entre jovens e adolescentes.

>>> Protocolado pelo Deputado Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG), o [PL nº 687/2026](#) que altera a Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital) para instituir mecanismos de integridade algorítmica, limites ao design persuasivo e sistema de alerta parental em ambientes de mensageria.

Saúde Mental em Pauta

>>> BRASIL DEFENDE A INCLUSÃO DOS IMPACTOS DOS JOGOS DE APOSTAS ONLINE NA AGENDA GLOBAL DE SAÚDE PÚBLICA

A defesa aconteceu durante a 158ª Reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde, em Genebra, destacando os efeitos do crescimento acelerado das plataformas sobre a saúde mental, o aumento de comportamentos de risco e o agravamento de vulnerabilidades sociais. Em intervenção elaborada pelo Ministério da Saúde, o país propôs liderar o debate internacional com uma abordagem intersetorial, em articulação com o Ministério da Fazenda, para impulsionar prevenção, cuidado e cooperação entre países. O posicionamento reforçou que o tema extrapola o campo econômico e regulatório e exige respostas estruturadas dos sistemas de saúde, citando iniciativas nacionais como o Observatório Saúde Brasil de Apostas, a plataforma de autoexclusão, a linha de cuidado específica e a ampliação do teleatendimento em saúde mental no SUS, como referências para políticas baseadas em evidências.

>>> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA RECEBEU A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO ALÉM DA ESCURIDÃO – RAZÕES PARA FICAR

Projeto audiovisual em produção que aborda a prevenção ao suicídio e a promoção da saúde mental a partir de uma perspectiva multidisciplinar e humanizada. Idealizado pelo psicoterapeuta André Baldo, o documentário nasce de experiências pessoais ligadas a perdas por suicídio e depressão e busca ampliar o diálogo, combater estigmas e estimular o cuidado, reunindo entrevistas com especialistas nacionais e internacionais de áreas como psicologia, psiquiatria, filosofia e espiritualidade. A iniciativa integra um movimento mais amplo, que inclui ações sociais, atendimentos gratuitos e programas voltados a jovens, com previsão de lançamento durante o Setembro Amarelo; o CFM destacou a relevância do tema para a saúde pública e informou que possíveis desdobramentos institucionais ainda serão analisados.

>>> BOAS PRÁTICAS PARA A COMUNICAÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NAS REDES SOCIAIS

MS iniciou a articulação de um manual de boas práticas para a comunicação sobre saúde mental nas redes sociais, reunindo cerca de 25 profissionais da área e produtores de conteúdo digital para discutir diretrizes responsáveis e alinhadas aos princípios do SUS. A proposta reconhece que o debate sobre saúde mental no ambiente digital deve ir além de diagnósticos e terapias individuais, incorporando fatores estruturais como desigualdades sociais, raça, gênero, trabalho e condições de vida.

Saúde Mental em Pauta

>>> RISCOS DO USO EXCESSIVO DE TELAS

A Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (Sesau) alertou para os riscos do uso excessivo de telas na saúde física e mental de crianças, adolescentes e adultos, destacando que o estímulo visual contínuo pode gerar esforço cerebral, ansiedade e prejuízos ao desenvolvimento neural, especialmente em jovens. O neurologista Eduardo Magalhães, da Policlínica Oswaldo Cruz, ressaltou que a exposição prolongada pode afetar habilidades como comunicação, concentração e imaginação. Entre as orientações estão evitar telas para menores de 5 anos, controlar o tempo de uso para os demais, restringir o acesso após as 20h, incentivar atividades físicas e ajustar configurações dos dispositivos para reduzir impactos à saúde.

>>> GUIA DAS COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) publicou o Guia das Comissões Intersectoriais. O material explicativo é dirigido aos conselheiros nacionais de saúde para orientar sobre o que são, como funcionam e as responsabilidades das comissões intersectoriais que integram o colegiado. O lançamento foi motivado pelo ingresso de um grande número de novos conselheiros no triênio 2024–2027 e pela necessidade de esclarecer a atuação desses membros nas 19 comissões atualmente em funcionamento, entre elas a Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM).

>>> CUIDADO ÀS PESSOAS COM PROBLEMAS RELACIONADOS ÀS APOSTAS ELETRÔNICAS

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) divulgou apoio às estratégias de cuidado às pessoas com problemas relacionados às apostas eletrônicas. O objetivo é enfatizar a necessidade de fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e oferecer acolhimento integral no Sistema Único de Saúde (SUS) diante do aumento de casos de dependência no país.

>>> SAÚDE MENTAL

PORTARIA GM/MS No 10.250, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026 | Publicado em: 25/02/2026 | Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde Mental e Trabalho - GT-VSMT com a finalidade de consolidar uma Diretriz Nacional de Vigilância em Saúde Mental do Trabalhador e da Trabalhadora para aprimorar as ações de vigilância, promoção, prevenção em saúde mental relacionada ao trabalho, nas instâncias do Sistema Único de Saúde - SUS.

Saúde Mental em Pauta



ESTAMOS DE OLHO

>>> SUS treina equipes da atenção básica para atender casos leves de depressão e ansiedade

Com o aumento da demanda por atendimento em saúde mental e as longas filas para psicólogos e psiquiatras no SUS (Sistema Único de Saúde), municípios brasileiros têm apostado no treinamento de profissionais da atenção básica para acolher e acompanhar casos leves e moderados de depressão, ansiedade, entre outros.

>>> Protocolado pelo Deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), o **PL nº 454/2026** que altera a Lei nº 13.819/2019 para dispor sobre a atuação voluntária e complementar de líderes religiosos em situações de tentativa de suicídio e automutilação, sob coordenação das autoridades competentes.



RADAR FPSM

>>> REGULAMENTAÇÃO DO ECA DIGITAL

Governo Federal está elaborando regras, via decreto, para exigir sistemas eficazes de verificação de idade em plataformas digitais que oferecem conteúdo adulto e jogos de aposta (bets). A ação faz parte da regulamentação do ECA Digital, lei que entrará em vigor em março de 2026. A proposta prevê que serviços que veiculam pornografia, apostas, bebidas alcoólicas, aplicativos de namoro e armas só possam ser acessados por maiores de 18 anos mediante credenciais verificáveis, como CPF, e não apenas por autodeclaração.

>>> BRASIL TEM MAIS DE 2 MIL PROFISSÕES COM AFASTAMENTOS POR TRANSTORNOS MENTAIS

Mais de duas mil profissões estão entre aquelas em que trabalhadores precisaram se afastar do trabalho por transtornos mentais no Brasil. No topo da lista aparecem ocupações como vendedor do comércio varejista, faxineiro e auxiliar de escritório — trabalhadores que atendem o público, mantêm serviços essenciais e sustentam boa parte da rotina urbana.

Nos acompanhe no site e pelas redes sociais

frentedasaudemental.com.br

[@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)

frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

Secretaria Executiva da FPSM



ieps.org.br



[@iepsocial](https://www.instagram.com/iepsocial)